

## **DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS PRÁTICAS COTIDIANAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS**

**Amanda Lima Souza** <sup>1</sup>

**Darliane Maria Holanda Costa** <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Bacharela em Serviço Social pela Faculdade do Maço de Baturité

<sup>2</sup>Assistente Social Mestra em serviço social, trabalho e questão social Centro de Estudos Aplicados-CESA Diretoria e Pós Graduação e Pesquisa .- PROPGPQ

### **RESUMO**

O artigo analisa a expressão da dimensão educativa no exercício profissional do/a assistente social no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Através da pesquisa bibliográfica foi abordada a dimensão educativa da profissão à luz do projeto ético-político profissional. A coleta de dados envolveu a aplicação de um questionário com perguntas semiestruturadas dirigidas às assistentes sociais que compõem a equipe do CRAS Conselheiro Estelita. O estudo evidenciou que os espaços socioocupacionais reproduzem os interesses hegemônicos e propiciam o controle do social. Por outro lado, o compromisso ético-político assumido pela categoria dos assistentes sociais tensiona para a construção de uma nova sociabilidade, tendo como horizonte a emancipação humana. Contudo, para que esse compromisso se traduza em ações efetivas, há que se ter uma capacidade de compreensão do real e perceber nas causalidades dadas as contradições sociais potencialmente transformadoras.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Serviço Social. Dimensão educativa. Projeto Ético-Político.

### **ABSTRACT**

The article analyzes the expression of the educational dimension in the professional practice of social workers within the scope of the Social Assistance Reference Centers (CRAS). Through bibliographic research, the educational dimension of the profession was addressed in light of the professional ethical-political project. Data collection involved the administration of a questionnaire with semi-structured questions directed at social workers who are part of the team at CRAS Conselheiro Estelita. The study revealed that socio-occupational spaces reproduce hegemonic interests and enable social control. On the other hand, the ethical-political commitment assumed by the category of social workers pushes towards the construction of a new sociability, with the goal of human emancipation. However, for this commitment to translate into effective actions, there must be an ability to understand the real and perceive in the given causalities the potentially transformative social contradictions..

### **KEYWORDS:**

Social Work. Educational dimension. Ethical-Political Project

## 1. INTRODUÇÃO

As condições históricas para a institucionalização do serviço social no Brasil foram geradas no contexto do capitalismo monopolista, consolidando-se e expandindo-se nas três primeiras décadas do século XX. A formação profissional em Serviço Social no país foi guiada ao longo de seu percurso socio-histórico por diferentes projetos que atendiam às demandas políticas e econômicas vigentes. Esses processos também foram influenciados por questionamentos internos à profissão, que constantemente se engaja em um movimento de reflexão e revisão sobre o trabalho profissional. No decorrer de sua evolução socio-histórica, a profissão adquiriu um caráter intervencionista nas relações sociais, fundamentando-se atualmente nos valores e princípios delineados no Projeto Ético Político Profissional. Esses valores são concretizados por meio das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

O fundamento essencial deste estudo reside na premissa de que o assistente social desempenha uma "dimensão educativa", ou seja, suas ações têm impacto na vida dos indivíduos por meio de estratégias delineadas pelas políticas sociais. Dessa forma, as atividades conduzidas pelo assistente social durante a prestação de serviços socioassistenciais nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) manifestam uma dimensão educativa que pode se associar a determinados projetos societários em disputa.

Diante do agravamento das condições de pobreza, desemprego, concentração de renda e deterioração das políticas sociais, os objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tornam-se cada vez mais desafiadores de serem alcançados. Isso se deve ao avanço do neoliberalismo nas últimas décadas, uma vez que as bases que sustentam o fortalecimento da democracia, das liberdades e da emancipação dos sujeitos têm sido tensionadas pelos interesses capitalistas desde a década de 1990. Conforme as normativas do SUAS, a equipe de referência desempenha um papel crucial na promoção da autonomia, e desenvolvimento social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

O processo de trabalho nos CRAS se pauta por ações planejadas e que exigem um corpo profissional com habilidades técnicas para conduzir os processos e alcançar os resultados previstos na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.

A dimensão educativa na atuação do Assistente Social não se limita apenas à sua base epistemológica, mas, sobretudo, destaca-se pela capacidade desse profissional em abordar as características individuais que se entrelaçam no contexto coletivo dos sujeitos que utilizam os serviços sociais.

Considerando que a prática profissional se desenvolve dentro de contextos sócio-históricos e reconhecendo que as respostas profissionais não são neutras, mas são determinadas por princípios, diretrizes e valores que as orientam, este estudo visa explorar a expressão da dimensão educativa do Serviço Social na política pública de assistência social, com ênfase nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Nesse contexto, almejamos enfatizar os limites e as possibilidades inerentes ao cotidiano do trabalho, evidenciando que as ações profissionais têm o potencial de contribuir para a emancipação dos sujeitos e para a construção de uma nova sociabilidade. Isso ocorre mesmo diante das contradições e tensões que permeiam as políticas sociais, especialmente aquelas de natureza assistencial.

Sob esse prisma pretendemos destacar os limites e as possibilidades presentes no cotidiano do trabalho, evidenciando que as ações profissionais podem colaborar para a emancipação dos sujeitos e a construção de uma nova sociabilidade, apesar das contradições e tensões que permeiam as políticas sociais, sobretudo as de caráter assistencial.

## **2. DIMENSÃO EDUCATIVA DA PROFISSÃO**

Na divisão sociotécnica do trabalho, a profissão de serviço social desempenha um papel na reprodução das relações sociais. Essa contribuição ocorre tanto na esfera objetiva, relacionada à reprodução material da classe trabalhadora, quanto na esfera subjetiva, envolvendo a manutenção dos valores dessa sociedade. Sendo uma profissão de natureza interventiva, o serviço social participa ativamente no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, e, como tal, é atravessado pelas contradições sociais que configuram esse modo de produção.

A profissão por meio da sua instrumentalidade intrínseca adquiriu a capacidade de atuar na luta por uma nova concepção de mundo, divergente daquela sustentada pelo capital, conforme orienta o Projeto-Ético-Político elaborado no contexto de transformações sociais, políticas e econômicas, como resposta às demandas e desafios impostos à profissão. Ele busca promover uma

atuação crítica e comprometida com a defesa dos direitos humanos, a justiça social, a equidade e a transformação das condições sociais injustas, conforme explicitado no Código de Ética do/a Assistente Social, aprovado em 1993. O referido Código reconhece “[...] liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (Brasil, 1993). Nesse sentido, o coletivo profissional assume um compromisso explícito com a ampliação da cidadania considerada tarefa primordial da sociedade.

Nesse cenário de intensas contradições moldadas pela luta de classes, o assistente social é convocado a direcionar suas ações para questões que são identificadas e reconhecidas como "direitos do usuário". Esses direitos devem ser concretizados por meio das ações profissionais individualizadas empreendidas pelo assistente social.

O assistente social comprometido com a emancipação humana não deve se limitar a desempenhar o papel meramente burocrático de gestão social da pobreza. Essa abordagem obscurece a compreensão da luta de classes e contribui para uma cidadania esvaziada e passiva, reforçando a reificação dos sujeitos promovidos pelo Estado moderno que limita os sujeitos a uma participação controlada e institucionalizada.

Essa perspectiva descarta a dimensão coletiva e fragmenta o social, ignorando que a condição da classe trabalhadora é determinada por movimentos macrossociais. Ao fragmentarmos e individualizarmos o sujeito, como a criança, a mulher, o desempregado etc., e ao naturalizarmos a precariedade da vida do trabalhador, abandonamos a perspectiva de totalidade. Dessa maneira, o foco recai nos aspectos individuais desses segmentos, em detrimento da compreensão da classe trabalhadora como um todo, sujeita à exploração. É dessa forma que o Estado-providência constrói a imagem do usuário passivo de serviços e benefício

É conhecido que os assistentes sociais adotaram um projeto ético-político que entra em contraste com a estrutura econômica capitalista. Argumentamos que, embora imediatamente inalcançável esse projeto é fundamental para orientar uma prática profissional crítica e comprometida com os princípios da emancipação humana. Ao contrário daqueles que percebem esse profissional como um burocrata, reafirmamos a vitalidade que esses princípios conferem ao exercício profissional diário, resgatando assim sua dimensão política.

Para elucidarmos os elementos que configuram a função pedagógica desses profissionais, partiremos do entendimento de que toda prática profissional apresenta uma dimensão educativa

orientada por um conjunto de valores e princípios que organizam modos particulares dos sujeitos sociais perceberem e se comportarem no mundo. Cada ação desenvolvida apresenta uma finalidade.

Sob essa perspectiva, as profissões intervêm nas relações sociais desenvolvendo uma ação *educativa* que “[...] incide sobre valores comportamentos e atitudes da população, segundo padrões socio-institucionais dominantes.” (Iamamoto, 1982, p.115).

Nos diversos espaços ocupacionais os assistentes assumem um papel de atenuadores das tensões e conflitos que emergem no ambiente institucional, ou seja, são chamados/as a mediar os interesses imediatos da burguesia e dos trabalhadores intervindo nas relações sociais entre os sujeitos.

Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras. [...] essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação dos serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente. (Iamamoto, 2004, p. 40)

A autora destaca que o profissional não possui total autonomia no desempenho de suas funções, uma vez que existe uma intervenção direta por parte dos empregadores na definição do trabalho profissional, contrariando a sua relativa autonomia que “[...] se expressa numa relação singular de contato direto com o usuário, em que o controle institucional não é total, a possibilidade de redefinir rumos da ação profissional”. (Iamamoto, 2012, p. 102)

Ainda segundo a autora os diferentes espaços ocupacionais são campos de poder, palco de luta e resistências. Nesses espaços os/as assistentes sociais colocam-se como anteparo entre a instituição e as demandas da população usuária. Somando-se a isso desenvolvem:

[...] a ação de persuadir, mobilizando o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão, ou seja, ele deve levar o usuário a aceitar as exigências normativas da Instituição, ao que se soma a ação “educativa” que incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população: sobre o seu modo de ser, de agir e de compreender a vida cotidiana. (Iamamoto, 2004, p. 101)

No âmbito institucional as necessidades sociais se expressem como forma de demandas individualizadas. Na relação com o usuário o profissional possui uma margem ampla para a

realização das ações coletivas. Essas ações abrem espaço para a reflexão sobre a identidade coletiva, suas lutas e resistências, rompendo com a percepção dos sujeitos, apenas como “usuários”.

[...] as relações sociais de dominação se aperfeiçoaram e se refinaram ao ponto de o próprio cidadão não perceber que deixou de ser cidadão: ele é apenas usuário servil dos serviços e benefícios do Estado de Bem-Estar Social. Ele conquistou os direitos sociais, mas perdeu sua condição de sujeito político. Os cidadãos só aparecem nos discursos da social-democracia, na prática eles não existem. (Carvalho; Netto, 2011, p. 47)

### **3. A DIMENSÃO EDUCATIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO CRAS CONSELHEIRO ESTELITA**

A partir dessas análises, o exercício profissional comprometido com um novo projeto de sociedade, livre de exploração de classe, demanda uma pedagogia emancipatória capaz de superar a moralização social dos sujeitos e uma postura crítica diante das desigualdades sociais, base para uma nova sociabilidade.

Para atuar nas unidades de atendimento do SUAS a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS (Brasil, 2011), aprovada em 2006, reconhece categorias profissionais, cujas habilidades e competências os qualificam a atender as especificidades dos serviços socioassistenciais. As equipes que operacionalizam o trabalho social com famílias e indivíduos são denominadas "equipes de referência". Segundo a Norma Operacional de Recursos Humanos aprovada em 2011, integram, obrigatoriamente, as equipes de referência, assistente social, psicólogo e advogado

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2012) os serviços ofertados no SUAS são classificados por nível de complexidade: proteção social básica e proteção social especial de média e de alta complexidade destinadas à população que dela necessitar.

No âmbito da proteção básica destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que consiste em ações com uma abordagem contínua, visa-se fortalecer o papel protetor das famílias, prevenir a quebra de seus laços, garantir o acesso delas aos direitos e melhorar sua qualidade de vida (Brasil, 1993). Neste contexto de proteção, o trabalho social é direcionado para fortalecer as famílias, visando ao desenvolvimento de suas capacidades.

Dentre os objetivos perseguidos estão aqueles que visam contribuir para sua emancipação e autonomia. A autonomia é considerada umas das seguranças a serem afiançadas pela assistência social, sendo alcançada quando o sujeito não depende mais do Estado.

A conquista da autonomia na provisão dessas necessidades básicas é a orientação desta segurança da assistência social. É possível, todavia, que alguns indivíduos não conquistem por toda a sua vida, ou por um período dela, a autonomia destas provisões básicas, por exemplo, pela idade – uma criança ou um idoso –, por alguma deficiência ou por uma restrição momentânea ou contínua da saúde, física ou mental. (Brasil/PNAS, 2004, p. 31)

A emancipação, a autonomia e o protagonismo não se relacionam com a perspectiva política de fortalecimento das lutas coletivas. Revelam o fortalecimento dos processos de subjetivação, como caminho para a transformação na esfera individual.

A pesquisa evidenciou que os assistentes sociais executam suas ações, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nos manuais de orientação técnica do SUAS. As principais ações realizadas no CRAS estabelecem aderência ao que consta nos manuais de orientação técnica dos serviços socioassistenciais. As ações profissionais são pensadas visando alcançar os objetivos postos pela política de assistência social. As ações realizadas incluem oficinas com famílias, palestras, ações comunitárias, reuniões, visitas domiciliares, dentre outras geralmente planejadas de forma aligeirada.

A cultura colaboracionista aparece como forma de enfrentamento da questão social, através da realização de parcerias público-privado que colabora com o conservadorismo e despolitiza a *questão social*. Os projetos sociais desenvolvidos no CRAS são marcados pelo caráter pontual, seletivo e focalizado em um público em condição de pobreza extrema. Aos assistentes sociais é requisitado racionalizar, controlar e administrar o acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios, portanto, administrando ações minimalistas frente a uma questão social maximizada.

A dimensão educativa, conforme as entrevistadas visam à construção de uma nova ética societária sem preconceitos, discriminação e violência.

Todas as atividades desenvolvidas devem ter como base o respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos ciclos de vida, as questões étnicas, raciais, de orientação sexual, crenças, valores, etc. O cultivo do combate a todas as formas de violência, preconceito, discriminação e de estigmatização do indivíduo e da família [...] (Entrevistada 1)

Nessa perspectiva a ação educativa proposta pelo Estado normatizada pelo arcabouço legal da assistência social e incorporada pelo conjunto dos trabalhadores do SUAS reforça a adoção de medidas humanitárias que visam a administração das desigualdades sociais e manutenção da ordem vigente, pois não rompem com o instituído. A função pedagógica exigida para os assistentes sociais, e acrescento para os profissionais do SUAS vincula-se à necessidade das classes dominantes de educar as massas populares para aceitarem passivamente as determinações socio-históricas que delineiam o contexto atual, mantendo na subalternidade a população empobrecida.

Mesmo que os espaços institucionais sejam crivados de contradições e incongruências possibilitam a construção de mecanismos que impulsionam as lutas coletivas utilizando-se dos instrumentos e técnicas tradicionalmente usadas pela profissão, sendo a linguagem ferramenta essencial. Contudo, é necessário que os profissionais possuam um arcabouço de conhecimentos teóricos, metodológicos e uma direção ética e política. Conforme Iamamoto (2012) o conhecimento teórico é fundamental para a compreensão das complexas realidades sociais apresentadas no cotidiano profissional.

Uma função pedagógica voltada para emancipação dos sujeitos não está descartada nos espaços sócio-ocupacionais do SUAS, desde que os agentes profissionais incorporem as necessidades dos usuários na construção do seu projeto de trabalho. Como agentes de transformação social, é preciso dizer não à mera replicação do que está escrito nos manuais. Esse é o grande desafio para os trabalhadores do SUAS visto que a o conservadorismo para muitos, é uma opção política conscientemente adotada

É imperativo ressaltar que as políticas sociais devem ser compreendidas no contexto de uma ordem econômica que utiliza todos os meios materiais e ideológicos para cooptar, conquistar adesão, subjugar, enganar e iludir todos os trabalhadores, incluindo os/as assistentes sociais.

Nesse contexto, torna-se essencial analisar a implementação da política de assistência social e compreender a relação do Estado com a sociedade para além de uma visão idealista. Caso contrário, existe o risco de acreditar que tais políticas podem efetivamente reverter a situação dos mais pobres.

A busca pela emancipação social e política exige que os assistentes sociais atuem de forma crítica e comprometida com a construção de uma nova sociabilidade.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As argumentações que nos levaram ao encerramento deste estudo reafirmam que o Estado nunca foi neutro, e certamente não é externo à lógica do capital. Ao aliar-se aos interesses das classes dominantes, ele intervém na economia e na sociedade, criando as condições para reformas que, ao mesmo tempo, conservam.

Diante da radicalização da questão social e do acirramento da desigualdade social no país, as políticas sociais de cunho assistencial, possuem um caráter compensatório e residual orientado projeto ultraliberal em curso na sociedade.

Evidenciamos que as ações socioeducativas realizadas no CRAS contribuem para a promoção da autonomia nos limites da sociedade capitalista.

Absorvidos pelo cotidiano dos serviços socioassistenciais, os assistentes sociais desenvolvem uma prática rotineira, imediatista e instrumental que não lhes permitem pensar e realizar a instrumentalidade que o trabalho profissional requer. Aderindo acriticamente ao que está expresso nas normativas do SUAS acabam pautando suas intervenções para alcançar os objetivos dos serviços, em detrimento dos objetivos dos sujeitos usuários.

Em síntese, este estudo destaca a importância da dimensão educativa no Serviço Social, mas também ressalta a necessidade de uma reflexão mais profunda e crítica sobre como as ações educativas se relacionam com o projeto societário emancipador e com o projeto ético-político profissional da categoria. O compromisso com a transformação social e a luta contra as desigualdades exige uma atuação crítica e consciente por parte dos/as assistentes sociais.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal**. Edições 70, LDA, 2009.  
Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 23 de out. de 2023.

BRASIL. Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução n.109, de 11 de novembro de 2009. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Brasília, DF: **Diário Oficial da União**: nov. 2009. Disponível:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)  
Acesso em 10 de nov. de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Resolução n. 17- CNAS, de 20 de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília, 2011. **Diário Oficial da União**. DF, jun. 2011. Disponível em:  
<https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2011-017-20-06-2011.pdf>. Acesso em: 16. Jan .2024

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social-PNAS, Brasília: Resolução nº. 145 de 15 de outubro de 2004. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília. DF: **Diário Oficial da União**, nov. 2004. Disponível em:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em 13. out. de 2023.

CARVALHO, M. C. B. **O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social**. In: CARVALHO, M. C. B; NETTO, J. P. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, I. M. N. de. **SUAS: um jeito de ser e fazer na cultura política brasileira**. Curitiba: CRV, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em: 01 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: 2011. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha\\_CFESS\\_Final\\_Grafica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo-SP: Atlas, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 27ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **Os Espaços Sócio-ocupacionais do Assistente Social**. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso 03 de nov de 2023.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <https://priscillaagapito.files.wordpress.com/2015/03/iamamoto-marilda-renovac3a7c3a3o-e-conservadorismo-no-servic3a7o-social-ensaios-crc3adticos.pdf>. Acesso em: 04 de nov. de 2023.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 27ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.